



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE TRIUNFO/PE

Processo: 00001290920198173520

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **THIAGO MOURA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### **DO LAUDO PERICIAL**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais).

Ocorre que a Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito, eis que a boletim de primeiro atendimento apresentado encontra-se ilegível!**

BOLETIM DE EMERGÊNCIA		Nº 114
Data e Hora: 13.11.17		Data Nascimento: 26/05/84
Nome: <u>YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR</u>		
Mão: <u>Tratado para o dano</u>		
Profissão: <u>Advogado</u> (Seção) Estado: <u>SP</u> (Estado) Escolaridade: <u>5ª série</u>		
Responsável: <u>YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR</u>		
End. do Paciente: <u>Av. Paulista, 1500 - Jd. Paulista - São Paulo - SP</u>		
Número: <u>20012000000000000000</u>		Fone: <u>88548605</u>
Cartão ID: <u>20012000000000000000</u>		Doc. Identidade:
Raza/Cor: <u>25 Preto</u>		
<input type="checkbox"/> Branco <input type="checkbox"/> Amarelo <input type="checkbox"/> Indígena		
Pulso Arterial: <u>100</u> Pulso: <u>100</u> Temperatura: <u>36,5</u> Peso: <u>70</u>		
História e Exame Físico: <u>Doença aguda, com</u> <u>problemas de saúde que afetam</u> <u>a capacidade de trabalho.</u>		
Tratamento: <u>1. Dorso do</u> <u>2. 100% - 50% de A. de</u> <u>3. 100% - 50% de A. de</u> <u>4. 100% - 50% de A. de</u> <u>5. 100% - 50% de A. de</u> <u>6. 100% - 50% de A. de</u> <u>7. 100% - 50% de A. de</u> <u>8. 100% - 50% de A. de</u> <u>9. 100% - 50% de A. de</u> <u>10. 100% - 50% de A. de</u>		
Assinatura: <u>YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR</u>		

Assim, não é possível identificar com clareza quais lesões o autor sofreu em decorrência do acidente. E por isso, resta prejudicada a análise de nexos da lesão apontada pelo ilustre perito no laudo pericial.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexos entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, não é possível identificar o nexos de causalidade entre a lesão e o acidente automotor.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexos de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Caso Vossa excelência não compartilhe do entendimento exposto acima, há de se ressaltar que não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agregar lesão à parte autora, haja vista que, conforme avaliado administrativamente, a parte autora não possuía sequelas permanentes no momento da avaliação.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos acostados na exordial, que não comprovam eventual agravamento de lesão sofrida à época do acidente capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

TRIUNFO, 12 de novembro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**